



## PROGRAMA TEMPO DE APRENDER: com a palavra, as alfabetizadoras

Tarcyla Marinho<sup>1</sup>

### 7. Alfabetização e formação inicial e continuada de professores

**Resumo:** A formação continuada de professoras alfabetizadoras tem se constituído em uma importante estratégia das instancias de governo para enfrentar o histórico problema da alfabetização de crianças no Brasil. As professoras alfabetizadoras são instadas a todo tempo a participar de ações formativas para instituir a mudança. Assim, as ações formativas neste campo precisam ser discutidas e refletidas, uma vez que, historicamente, a alfabetização se apresenta como o 'calcanhar de Aquiles' da educação pública. O objetivo deste artigo é compreender como os aspectos teórico-metodológicos inscritos no curso Prática de Alfabetização do Programa Tempo de Aprender se manifestam nos discursos das alfabetizadoras. Este é um estudo de natureza qualitativa que se utilizou da análise de documentos e entrevista semiestruturada como procedimentos de análise. Entre os resultados foi possível perceber que no que pese a dificuldade das docentes em compreender as diferentes perspectivas teóricas no campo da alfabetização, elas identificam o método que embasa o curso supracitado, o fônico, sendo este, em grande medida, da prática pedagógica destas profissionais.

**Palavras-chave:** Alfabetização; Formação continuada; Tempo de Aprender; Prática de Alfabetização.

### Introdução

O presente estudo se insere nas discussões sobre alfabetização e formação continuada de professoras alfabetizadoras, interessado no dizer destas profissionais sobre o curso Prática de Alfabetização, inscrito no programa Tempo de Aprender, o qual integra a Política Nacional de Alfabetização, doravante PNA. O estudo nasceu a partir de comentários proferidos, em ambiente escolar, por professoras alfabetizadoras que já haviam experienciado diversas ações formativas no campo da alfabetização, em que se referiam aos programas PNAIC e Tempo de Aprender como

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenadora pedagógica da Secretaria de Educação dos Municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia(BA). Contato: tarcyla.coordenacao@gmail.com.

a mesma coisa. Tem como objetivo compreender como os aspectos teórico e metodológicos inscritos no curso Prática de Alfabetização se manifestam no discurso docente.

No que pese os avanços qualitativos alcançados no ensino da leitura e da escrita, um número significativo de alunos permanece vítima de um processo de alfabetização quase sempre mecânico e descontextualizado, que ofusca a dimensão histórica, cultural e social das práticas de leitura e de escrita, deixando grande parte da sociedade frustrada diante da divulgação de indicadores de qualidade da educação.

No que se refere ao contexto baiano, conforme apontam os dados produzidos pelo Fórum Estadual de Educação da Bahia (Feeba) em 2020, por meio do relatório intitulado A Educação no Estado da Bahia frente às metas do Plano Estadual de Educação e Plano Nacional de Educação, a alfabetização de crianças se constitui em um importante desafio a ser superado. O relatório toma como referência histórica os anos de 2016, 2017 e 2018, bem como apresenta e analisa os indicadores das metas do Plano Estadual de Educação da Bahia (PEE/BA), aprovado em 2016, e do PNE, aprovado em 2014.

Tomando por base o desempenho dos alunos baianos em leitura na ANA de 2016, o relatório supracitado observa que 36% dos alunos estão no nível 1, e 37% no nível 2, que, somados, atingem um contingente de 73% de alunos na categoria insuficiente.

Por considerar que baixos índices de alfabetização se constituem em barreiras impeditivas ao progresso econômico dos países, respaldado pelo baixo desempenho dos alunos nas avaliações em larga escala nacionais e internacionais legitima-se a narrativa da crise das aprendizagens, relacionando-a à má gestão do sistema público de educação, introduzindo assim a visão administrativa e economicista, no sistema educacional.

O estudo em tela foi orientado pela seguinte questão: como os aspectos teóricos e metodológicos inscritos no curso Prática de Alfabetização se manifestam no discurso das professoras alfabetizadoras? Para corresponder e alcançar a dimensão do questionamento apresentado, seguiremos a orientação de abordagem qualitativa, utilizando-se da análise de documentos oficiais referentes a PNA, bem

como da entrevista semiestruturada com duas professoras alfabetizadora cursista do curso supracitado. A identidade das mesmas foi preservada por meio da adoção de nomes fictícios.

O artigo está organizado em três seções. A primeira seção inclui essa introdução, a qual delimita o objeto de estudo, indicar a problemática com apresentação da questão de pesquisa, o objetivo e a direção teórico-metodológicas. A segunda seção aborda de forma lógica e ordenada uma caracterização crítica da Política Nacional de Alfabetização em vigência no país e demais elementos que a compõe, além de abordar os resultados e discussões dos dados produzidos no campo empírico. Por fim, a terceira seção apresenta a síntese final do estudo realizado.

## **2 Política Nacional de Alfabetização (PNA)**

A Baseado no argumento da crise de aprendizagem, inicialmente identificada em 2003, por meio do relatório “Alfabetização Infantil: os novos caminhos”, elaborado por um grupo de trabalho convocado pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, posteriormente reafirmado pelos resultados de avaliações em larga escala, tal como o Programme for International Student Assessment (Pisa) e da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), o Ministério da Educação (MEC), tendo em vista reverter tal crise e corrigir a rota das políticas públicas de alfabetização até então desenvolvidas no país, instituiu a PNA por meio do Decreto nº. 9.765, de 11 de abril de 2019. A PNA dispõe como finalidade melhorar a qualidade da alfabetização no Brasil e combater o analfabetismo absoluto e funcional, abrangendo as diferentes etapas e modalidades da Educação Básica e da educação não formal (BRASIL, 2019a). Moraes (2019, p. 66) destaca que a política em tela “[...] revela duas faces que estamos vivendo, quando o tema é política pública em Educação no Brasil: a face do autoritarismo e a da mercantilização”.

Consideramos importante abrir um parêntese para chamar atenção, consoante Moraes (2019) quanto ao alinhamento de empresários e especialistas ao governo anterior, os quais, desde 2003, tentam impor o método fônico como única forma de alfabetizar, por meio do Relatório supracitado, retirando das escolas o direito de decidir o caminho metodológico que acreditam ser o melhor para ensinar qualquer conteúdo, tanto no âmbito da Educação Básica quanto no Ensino Superior.

Nesse sentido, vemos que o interesse de instaurar o método fônico teve início em 2003, quando da produção do relatório encomendado pela Câmara de Deputados, com a colaboração dos mesmos pesquisadores envolvidos na construção da PNA, o qual foi interrompido pelo projeto de nação advogado pelo governo democrático de esquerda. Com o golpe de 2016, essas forças políticas antidemocráticas assumem o poder, trazendo de volta a proposta do método fônico, dessa vez adotado pelo discurso oficial, como se o método se instaurasse por decreto. Nesses termos, o conceito de alfabetização inscrito na PNA se baseia “ na ciência cognitiva da leitura, define alfabetização como o ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético. [...] Sistema alfabético é aquele que representa com os caracteres do alfabeto (letras) os sons da fala” (BRASIL, 2019b, p. 18), ou seja, no método fônico. A PNA se desdobra em dois programas: Conta para Mim e Tempo de Aprender, este último, objeto de nosso olhar.

## **2.1 Programa Tempo de Aprender**

O programa Tempo de Aprender foi Instituído pela Portaria nº 280, de 19 de fevereiro de 2020 voltado para o aperfeiçoamento, o apoio e a valorização do magistério, abrangendo desde a pré-escola até o 1º e 2º anos do ensino fundamental, com o objetivo de aprimorar a alfabetização no país, em atenção a meta 5 do Plano Nacional de Educação (PNE), qual seja, Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental. O programa abrange um conjunto de quatorze ações organizadas em quatro eixos, entendidos como pontos críticos para a qualidade da alfabetização, são eles: formação continuada de profissionais da alfabetização; apoio pedagógico para alfabetização; aprimoramento das avaliações da alfabetização e valorização dos profissionais de alfabetização, além de 10 ações efetivas que visam dar aos alunos formação de qualidade tendo em vista alcançar o sucesso profissional, aspectos que evidenciam a suspensão do presente por uma promessa de futuro próspero (OLIVEIRA, 2020).

Com base na Portaria acima mencionada, o eixo formação continuada de profissionais da alfabetização, com o objetivo proporcionar aos docentes a aquisição de conhecimentos, habilidades e estratégias que os auxiliem a lidar com os desafios do ciclo de alfabetização foi criado com o intuito de capacitar e aperfeiçoar o conhecimento dos professores, estes entendidos como parceiros do MEC para melhorar o desempenho dos alunos. O eixo é composto por 4 ações: formação continuada para professores alfabetizadores e para professores da educação infantil; formação continuada para gestores escolares das redes

públicas de ensino; programa de intercâmbio para formação continuada de professores alfabetizadores e desenvolvimento profissional cooperativo.

Ainda com base na mesma Portaria o curso é oferecido na versão online, realizada por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem do MEC – Avamec, composto por textos, vídeos, questionários e atividades e na modalidade presencial. Este último, ainda não oferecido, promete ser operacionalizado por meio de um modelo de multiplicadores, conciliando conhecimentos científicos no campo da literacia e práticas pedagógicas.

Dentre os cursos na modalidade online desenvolvidos no âmbito do programa Tempo de Aprender, destacamos o curso Práticas de Alfabetização, com carga horária de 30 horas, destinado principalmente a professores, coordenadores pedagógicos, diretores escolares e assistentes de alfabetização, aberto também para gestores de redes educacionais e para toda a sociedade civil interessada. Nele são apresentadas estratégias de ensino e atividades destinadas ao 1º e 2º ano do ensino fundamental baseadas em evidências científicas, de caráter prático, voltadas à sala de aula.

O curso é composto por 7 módulos. Introdução, aprendendo a ouvir, conhecimento alfabético, fluência, vocabulário, compreensão, produção de escrita, todos eles fundamentados teoricamente na ciência cognitiva da leitura e um questionário de finalização. Monteiro (2019) argumenta que o conceito de alfabetização adotado pela PNA se fundamenta nas ciências cognitivas para estimular o ensino da língua escrita, especificamente na ciência cognitiva da leitura. Muito embora reconheça a relevância desta área do conhecimento para a fase inicial da aprendizagem da língua escrita, a autora adverte quanto ao perigo de uma ação pedagógica orientada por um único referencial teórico, o que pode comprometer a análise dos resultados. Em suas palavras

Adotando apenas uma área do conhecimento como orientadora da prática escolar de alfabetização, corre-se o risco de transformar o ensino nas escolas públicas em orientações limitadas dos processos de aprendizagem dos alfabetizandos, fazendo ressurgir parâmetros de sucesso e/ou de fracasso escolar que historicamente foram ineficazes tanto para explicar o fenômeno da alfabetização quanto para promover a qualidade da educação. (MONTEIRO, 2019, p. 41).

Goulart (2019) caracteriza a concepção de alfabetização assumida pela PNA como acientífica, ao ignorar, intencionalmente, resultados de estudos internacionais e nacionais, especialmente os realizados a partir da década de 1980. Para a autora, trata-se de uma proposta linear, que abre espaço para que representantes do mercado (editoras, institutos e fundações) lucrem com a venda de materiais didáticos e proponham métodos de uso geral, prescrevendo um modelo de sujeito universal. Subjacente a esse modelo de sujeito, adverte

a autora, há “[...] uma visão estática, unívoca, de relação entre o que se fala e o que se escreve, de tal forma redutora e contundente, que exclui outros modos de pensar o aprender o ensinar a escrita” (GOULART, 2019, p. 92-93).

Desse modo, vemos com preocupação o movimento nacional para garantir às crianças o direito a alfabetização, centrado na aprendizagem da aquisição da leitura e da escrita como simples processo de codificação e decodificação, dificilmente será, capaz de saldar a histórica dívida brasileira referente às questões de educação como bem comum e direito ao desenvolvimento humano pleno.

### **3 Resultados e discussão**

A histórica disputa em torno da concepção de alfabetização, ou seja, a disputa pela hegemonia de dizer o que é e como se alfabetiza, implicou flutuações nas concepções eleitas para basear as políticas nesta área, fazendo com que, em cada momento, uma faceta da alfabetização se tornasse hegemônica no discurso oficial do MEC, materializado em programas de formação continuada de professoras alfabetizadoras.

Conforme discutido anteriormente, a PNA, contrariando todo o histórico investigativo produzido no campo da alfabetização, bem como suas múltiplas facetas, baseada na alegação do uso impreciso do conceito de alfabetização (BRASIL, 2019b), elege as ciências cognitivas, especificamente a ciência cognitiva da leitura, como o único caminho, decretando que não há outras concepções teóricas. Com isso, traz de volta à cena política o método fônico, até então tido como superado, reascendendo as disputas em torno do melhor método de alfabetização.

Tendo em conta o curso da história, buscamos saber a visão das professoras alfabetizadoras a percepção sobre o curso Prática de Alfabetização. De forma entusiasmada, Rita contou sobre a importância do curso para ampliar seus conhecimentos e abrilhantar suas aulas, dizendo se tratar de um curso que agregou valor ao seu trabalho, acrescentando “o curso somou, tinha coisas que eu não sabia, ele mostra para gente o conhecimento científico, o como a criança aprendia”.

Lemos, no que disse a professora Rita, pouco aprofundamento quanto ao estudo teórico realizado, uma certa incompreensão e inconsistência sobre a fundamentação teórica abordada no curso, o qual elege o método fônico, centrado no ensino, como caminho para alfabetizar, ao trazer na sua fala a aprendizagem do ‘como a criança aprende’, uma vez que

essa preocupação se inscreve na perspectiva construtivista de Emília Ferreiro e Ana Teberosky, inserida na matriz teórica do cognitivismo de Jean Piaget.

Importa dizer que Ferreiro e Teberosky (1985), ao propor a teoria construtivista, opõem-se aos métodos clássicos (sintéticos e analíticos), os quais descuidam de aspectos considerados fundamentais para a compreensão dos processos de alfabetização pelo qual passam as crianças. Embora as autoras não tenham proposto uma teoria da aprendizagem, seu trabalho foi muitas vezes didatizado como tal, em função de equívocos de interpretação. Assinalamos de passagem que o paradigma construtivista toma como foco do processo educativo o processo de aprendizagem, mas não tem a pretensão de propor um novo método de alfabetização.

Luana complementou dizendo se tratar de um curso importante, principalmente para os professores que estão na sala de aula, na prática de alfabetização” e justificou dizendo:

Ele dá o embasamento de como alfabetizar de uma forma coerente, com práticas e teorias que fazem com que o professor repense sua prática pedagógica. (Professora alfabetizadora Luana).

Na sequência, perguntamos à professora Luana como seria essa forma de alfabetizar indicada pelo curso Prática de Alfabetização, ao que respondeu “a alfabetização tem que trazer a vivência dos alunos, trabalhar a questão dos sons de cada letra para depois fazer as junções, depois formar as frases, trabalhar a realidade”. Vemos no que disse a Luana a concepção de língua como código, regida por leis e regras. Desse modo, escrever é entendido como codificar e ler como decodificar. A alfabetização se faz, exclusivamente, pela associação de fonemas a grafemas, orientada pelo método fônico.

Na continuidade da entrevista as professoras alfabetizadoras foram nos contando sobre as aprendizagens obtidas no curso em questão. Rita ao contar sobre suas aprendizagens no curso, citou o princípio alfabético como uma delas, considerando-o elemento determinante para a criança aprender a escrever, dizendo “independente da alfabetização e do letramento, nós temos que saber do princípio alfabético, só depois as rimas, aliterações, consciência silábica, vocabulário, aspectos falados no curso” e responsabilizou a ausência desse conhecimento a sua participação no programa Pacto Nacional pela Alfabetização (PNAIC). Ao prosseguir na sua resposta, ela descreveu o que seria o princípio alfabético “o princípio alfabético é a criança saber o nome da letra, o som da letra e como riscar a letra, que é a decodificação”.

A fala de Rita confunde o método fônico com a abordagem da consciência fonológica e o ensino do funcionamento do sistema alfabético que entende a escrita como sistema de representação dos sons da fala. Isso demonstra como a falta de conhecimento quanto ao

referencial teórico abordado faz com que a professora associe, de forma equivocada, uma coisa à outra. No que disse a professora alfabetizadora, observamos uma apropriação inadequada do campo conceitual, que também diz respeito à pouca compreensão das concepções de alfabetização em jogo. Isso nos permite inferir que houve pouca apropriação das concepções de alfabetização estudadas tanto no PNAIC quanto no curso Prática de Alfabetização. Ações formativas que caminham em direções opostas. Enquanto a primeira toma língua como sistema de representação dos sons da fala, a segunda entende como um sistema de codificar e decodificar. Além disso, o curso Prática de Alfabetização ao se ocupar em negar todo conhecimento produzido no campo da alfabetização, optou pela internacionalização de viés colonizador dos termos literacia e numeracia no esforço de apagar o conceito consolidado no Brasil, letramento, gerando ‘confusão pedagógica’ entre as cursistas que passam a considerar como termos sinônimos. Ainda sobre as aprendizagens produzidas no curso, disse Luana

Na minha prática de alfabetização ele trouxe muito a questão da literacia, numeracia, a questão dos sons, trabalhar a questão das letras mas com a sonoridade, vem um pouco da psicogênese, trabalhada pelos psicólogos e a neurociência. (Professora Alfabetizadora Luana).

Para Buzen (2019) a opção pelo termo uso do termo português literacia na PNA se apresenta como uma estratégia inadequada de introduzir no discurso oficial pedagógico um conceito como algo novo, portanto melhor, para se referir aos usos da escrita, com o objetivo de invisibilizar políticas públicas de alfabetização anteriores, a exemplo do Pró-Letramento e do Pacto Nacional pela Alfabetização pela Idade Certa. O autor destaca erro grave no documento da PNA ao fazer a tradução do termo em inglês “literacy” como “literacia” apagando “as diversas discussões históricas realizadas no campo da alfabetização e que não demonstra zelo e cuidado com as leitoras e os leitores”. (BUZEN, 2019, p. 48).

Na sequência do que foi dito, perguntamos se as professoras tinham conhecimento sobre a teoria que embasava o curso, ao que Luana logo disse se tratar do “letramento com a psicogênese e o método fônico, uma mistura”. A mesma incompreensão quanto a teoria adotada no curso apareceu na fala de Rita ao responder se tratar de uma abordagem que envolvia os métodos sintéticos e analíticos, de modo que estes devem ser trabalhado juntamente com o princípio alfabético. Tais aspectos dão conta de dizer sobre a inconsistência teórica das cursistas que apenas dão conta de nominar as mais difundidas no campo da educação. Tal aspecto aponta ainda para a necessidade de qualificar as ações formativas direcionadas a estas profissionais.

Para nossa surpresa, a professora alfabetizadora Rita para explicar como seria esse trabalho, traz as hipóteses de escrita de Emília Ferreiro, dando a entender que há no seu fazer cotidiano um hibridismo entre os métodos de alfabetização citados e o construtivismo, trazendo como síntese “primeiro a gente trabalha as letras, as palavras e depois o texto e antes era diferente”, demonstrando se alinhar ao que propõe a nova política de alfabetização, assumindo por fim trabalhar mais com o método fônico.

Com base no discurso de Rita, podemos afirmar que a necessidade de codificar e decodificar foi eleito pelo discurso oficial do MEC como o melhor caminho para orientar o trabalho das alfabetizadoras, com vista a alfabetizar todas as crianças até o 2º ano do ensino fundamental, reascendo as discussões em torno do melhor método para alfabetizar, o que já parecia algo superado no campo da alfabetização, a partir dos anos 1980 quando nos voltamos para o campo das perspectivas teóricas. Nesses termos, as exigências requeridas pela economia global, qual sejam, erradicação do analfabetismo e formação de mão de obra especializada, seriam em tese contempladas.

#### **4 Considerações finais**

Não temos dúvidas da relevância social da alfabetização na vida individual e coletiva dos sujeitos, para que estes possam participar com autonomia das práticas sociais de leitura e de escrita que atravessam o cotidiano, muito menos do seu valor enquanto bem comum. Contudo, entendemos que a ela não pode ser atribuída a responsabilidade de, sozinha, mudar o mundo, ou garantir a prosperidade mundial.

Assim, vemos a luta pela alfabetização de todos se apoiar na necessidade de aprendizagem do código escrito, para o qual bastaria apenas o domínio técnico da escrita e da leitura, afastando do processo de alfabetização o tom crítico e político capaz de promover, naquele que aprende, práticas sociais que lhe permitiriam transformar a si e aos outros, bem como de propor soluções para problemas vividos pelos próprios sujeitos

Em sentido contrário, o programa Tempo de Aprender inscrito no âmbito da PNA se afina com as demandas de mercado, as quais, ao invés de favorecer a libertação dos homens por meio da promoção de práticas sociais de leitura e escrita, aprisiona-os por meio de um processo de alfabetização opressor, que intenta manter o sujeito que aprende na condição de subserviência, tendo em vista a manutenção da cultura hegemônica.

#### **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019a. Institui a Política Nacional de Alfabetização. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, Edição Extra, Seção 1, p. 15, 11 abr. 2019a. Disponível em: <https://bit.ly/3GGjIJs>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. PNA: Política Nacional de Alfabetização. Brasília: MEC, 2019b. 54 p.

BUZEN, Clecio. UM BREVE DECÁLOGO SOBRE O CONCEITO DE 'LITERACIA' NA POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO (PNA, 2019). Revista Brasileira de Alfabetização- ABALF. ISSN: 2446-8584 Belo Horizonte, MG | v. 1 | n. 10 (Edição Especial) | p. 44-51 | jul./dez. 2019. Disponível em: [\\*352-Texto do Artigo-768-1-10-20200325 \(2\).pdf](https://bit.ly/352-Texto-do-Artigo-768-1-10-20200325(2).pdf). Acesso em: 23/05/2023.

BRASIL. Portaria nº 280, de 19 de fevereiro de 2020. Institui o Programa Tempo de Aprender, que dispõe sobre a alfabetização escolar no âmbito do Governo Federal. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, Edição: 37, Seção 1, p. 69, 21 fev.2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-280-de-19-de-fevereiro-de-2020-244584539>.

GOULART, Cecília. A propósito da política nacional de alfabetização - MEC 2019, considerações críticas. **Revista Brasileira de Alfabetização**, Belo Horizonte, v. 1, n. 10 – Edição Especial, p. 91-93, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3JckK1B>. Acesso em: 1º set. 2020.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Tradução de Diana Myrian Lichtenstein, Liana Di Marco e Márcio Corso. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

MONTEIRO, Sara Mourão. A concepção de alfabetização na Política Nacional de Alfabetização – MEC/2019. **Revista Brasileira de Alfabetização**, Belo Horizonte, v. 1, n. 10 – Edição Especial, p. 39-43, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3JjnXfT>. Acesso em: 31 ago. 2010.

MORAES, Arthur Gomes. Análise Crítica Da PNA (Política Nacional de Alfabetização) imposta pelo MEC através de decreto em 2019. **Revista Brasileira de Alfabetização**, Belo Horizonte, v. 1, n. 10 – Edição Especial, p. 66-75, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3JjnXfT>. Acesso em: 31 ago. 2020.

OLIVEIRA, Dalila. **Da promessa de futuro à suspensão do presente: a teoria do capital humano e o Pisa na educação brasileira**. Manuais Acadêmicos. Editora Vozes. Petrópolis, RJ. 2020